

Gildo Macedo Lacerda – Um Protagonista Anônimo da História Pensando a Micro-História e Suas Possibilidades

Mozart Lacerda Filho¹

01. Uma Breve Introdução à Micro-História

Os anos 70 e 80 do século passado foram, numa visão mais generalizada, anos de crise na metodologia historiográfica. Houve, contudo, várias reações para essa crise, e a micro-história nada mais é que uma resposta a ela. Uma resposta que enfatiza a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes.

Do ponto de vista metodológico, a micro-história avança nas pesquisas historiográficas por romper com a prática calcada na retórica e na estética. O trabalho da micro-história tem se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação que possa dar voz a personagens que, de outra maneira, ficariam no esquecimento. Segundo Levi (1992, p. 136), a micro-história possui, portanto, um papel muito específico dentro da chamada nova história: “refutar o relativismo, o irracionalismo e a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos.”²

O espaço local, alçado em categoria central de análise, constitui uma nova possibilidade de análise no quadro das interdependências entre agentes e fatores determinantes de experiências históricas eleitas pela lupa do historiador. Nessa nova concepção, cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos. Conforme enfatiza Reznik (2002, p. 3).

Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens (...), as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. Sendo assim, o exercício historiográfico incide na descrição dos mecanismos de apropriação – adaptação, resposta e criação – às normas que ultrapassam as comunidades locais.³

Dessa forma, é possível afirmar, conforme Levi (1992, p. 139), que “o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”⁴ numa abordagem tradicional. A descrição

micro-histórica serve para registrar uma série de acontecimentos ou fatos significativos que, de outra forma, seriam imperceptíveis e que, no entanto, podem ser interpretados por sua inserção num contexto mais amplo, ou seja, na trama do discurso social.

Uma vez que o homem não pode formular sistemas mentais, sem recorrer à orientação de modelos de emoção públicos e coletivos, pois esses modelos são os elementos essenciais com que ele percebe o mundo, um estudo sobre a militância de Gildo Macedo Lacerda revela-nos como pensavam e agiam os militantes de esquerda, nos anos de ditadura militar. Acompanhar sua trajetória de vida é mergulhar no obscuro mundo da vida dupla, da clandestinidade. É percorrer as lutas de centenas de jovens que abriram mão de suas vidas particulares para lutar em nome da liberdade coletiva. É poder sentir a dor de perder entes queridos nas mãos da tortura e do ódio organizado. É não poder ver os filhos nascerem, ou vê-los nascer na prisão. Ou seja, a vida e luta de Gildo Macedo Lacerda foi a vida e luta de vários outros agentes históricos que, assim como ele, ousaram desafiar a ditadura que se vivia na época.

A abordagem metodológica utilizada neste estudo de caso divide-se em: a) bibliográfica e b) pesquisa oral. Num primeiro momento, foram lidos os principais autores que escreveram sobre o Golpe Militar de 1964, sobre o Movimento Estudantil, sobre a história da Ação Popular e sobre a militância de Gildo Macedo Lacerda. A respeito do Movimento Estudantil Uberabense, consultamos oito caixas de documentos pertencentes ao Arquivo Municipal de Uberaba, que cobrem o período de 1950 a 1974. Na pesquisa oral, foram ouvidos parentes em 1º grau (mãe, irmã, ex-mulher), professores, amigos íntimos, colegas de faculdade e companheiros de militância. Essas pessoas localizam-se em Uberaba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo. Essas entrevistas geraram mais de 15 horas de gravação..

Antes de prosseguirmos, duas advertências se fazem necessárias: a) alguém poderia considerar que se trata de contribuir para a formação de um mito em torno da figura de Gildo. Não, não é essa a intenção. Ao contrário. O que se tentará o tempo todo é abordar o sujeito na sua dimensão histórica; b) essa busca pelo homem histórico, e não pelo mito,

não pode, no entanto, suprimir ou ofuscar os fatos que verdadeiramente ocorreram. É sobre esses fatos que nos debruçaremos. É claro que muitos deles preferiríamos esquecer, justamente pela dor que nos trazem. Mas, exatamente para que não doam em mais ninguém, é que não podemos deixá-los no esquecimento.

02. Uma pequena biografia

Gildo Macedo Lacerda nasceu em Ituiutaba em 08 de julho de 1949. Dona Célia, a mãe, juntamente com o pai, seu Agostinho cuidavam de uma fazenda, fruto do trabalho de ambos. Com o intuito de proporcionar uma educação mais refinada aos filhos, a família Macedo Lacerda se muda para a cidade mineira de Uberaba em 1963. Seu Agostinho vende a fazenda em Ituiutaba e adquire outra no município de Veríssimo, MG. Gildo vai estudar no Colégio Triângulo. Lá cursa a 7ª e 8ª séries do ensino fundamental. Em 1965, transfere-se para o Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, onde ficaria por mais dois anos.

Lá, os tempos foram os mais intensos. Gildo se dividia entre algumas atividades: Presidente do Grêmio Estudantil Machado de Assis, ativo participante do NATA – Núcleo Artístico de Teatro Amador -, orador da Mocidade Espírita Batuira e apresentador de programas radiofônicos ligado ao espiritismo. Isso sem falar das leituras dos clássicos da esquerda revolucionária, tais como Marx e Althusser, e da participação no Movimento Estudantil, quando foi orador da União Estudantil Uberabense (UEU) e do Partido Unificador Estudantil. Sua mãe ainda se lembra de várias reuniões feitas em casa, onde Gildo e companheiros discutiam, entre outras coisas, política (local e nacional), teatro e a participação dos estudantes no Movimento Estudantil.

E nessas reuniões uma sigla se torna comum na boca dos estudantes: AP, ou seja, Ação Popular. Pode-se afirmar que Gildo, nessa época, já teria tomado contato com o programa básico da organização e a ela teria se aliado.

03. A Ação Popular (AP) no Brasil e no Triângulo Mineiro

A AP surgiu, principalmente, dos quadros da Juventude Universitária Católica (JUC) em 1963. Após o golpe de 64, parte de seus membros defenderam a aproximação com o PC do B, Partido Comunista do Brasil, num processo de fusão que só se completaria em

1973. A aproximação entre as duas organizações era muito forte, com base na atuação do Movimento Estudantil, consolidando-se com a adoção de uma linha revolucionária semelhante: a defesa das concepções maoístas e, sobretudo, dos princípios leninistas acerca da revolução e da forma de organização partidária.

Com o AI-5, instaurado em 13 de dezembro de 1968, alguns dirigentes da AP passaram a defender idéias mais radicais e o caminho da luta armada (que originalmente era pensada apenas no campo) tornava-se cada vez mais próximo. A partir de 1971 passam a defender a união de todas as correntes marxistas-leninistas. Como a fusão com o PC do B não era consenso dentro da Ação Popular, o grupo dissidente passou a denominar-se AP-ML – Ação Popular Marxista Leninista.

Aqui, no Triângulo Mineiro, principalmente em Uberaba e Uberlândia, a AP vai ser introduzida por volta de 1966, por militantes vindos de Belo Horizonte. Supõe-se que um deles teria sido José Carlos Novaes da Mata Machado, filho do deputado cassado pelo AI-5, Edgar Godoi da Mata Machado. Ele era estudante da Faculdade de Direito da UFMG e teria vindo para Uberaba por volta de 1967, como dirigente da AP, no intuito de ampliar os quadros da organização no interior do Estado.⁵

Numa visita de 3 dias, outros militantes da AP, também vindos de Belo Horizonte, entram em contato com, entre outros, Danival Roberto Alves, então estudante de filosofia na Faculdade São Tomás de Aquino. Ele torna-se, então, o responsável pelos trabalhos da AP em Uberaba e região. Fazia parte da sua função atrair novos quadros para o movimento de resistência contra a ditadura. Ainda como estudante, Danival passa a ministrar aulas no Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, onde, como já dissemos, Gildo vai estudar. É certo que, com o afastamento de Danival à frente da AP, Gildo assume seu comando no Triângulo Mineiro, até sua ida para Belo Horizonte.⁶ E é como membro da AP que, no final de 1966, Gildo, com 17 anos, muda-se para Belo Horizonte.

Na capital mineira, faz o 3º Científico integrado ao pré-vestibular e em 1968, entra para a FACE, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, realizando, assim, um antigo sonho seu e de seus familiares.

A UFMG era a maior base da AP em Minas Gerais e contava com inúmeros militantes. Gildo, devido a suas idéias, logo se torna uma referência no Movimento Estudantil e estreita laços com José Carlos Novaes da Mata Machado, então estudante de direito na mesma universidade e com José Matheus Pinto Filho, militante que, em 1966 havia organizado o Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), realizado na Igreja de São Francisco de Assis. Os três passam boa parte de 1968 se revezando entre os estudos e as viagens a serviço do Movimento Estudantil e da AP. 1968 seria também seria o ano da primeira prisão de Gildo.

04. XXX CONGRESSO DA UNE: A PRIMEIRA PRISÃO

A direção nacional da UNE sabia que a realização de seu congresso anual ocorreria sob forte vigilância do regime militar. Não obstante, realizá-lo seria uma importante vitória sobre a repressão. É neste clima de insegurança, misturado à necessidade de se fazer algo, que é marcado para outubro de 1968 o XXX Congresso Nacional dos Estudantes. O local: Sítio Murundu, distante 22 quilômetros de Ibiúna, uma pequena cidade a 70 quilômetros de São Paulo. Vários estudantes de Minas Gerais, mesmo sabendo do risco que seria participar do congresso, dirigiram-se para lá. Entre eles, Gildo e José Carlos.

No afã de se realizar o encontro, os estudantes acabaram se descuidando das normas de segurança e para que a repressão descobrisse onde seria realizado o Congresso foi uma questão de tempo. Gildo é então preso e fichado. Abre-se um IPM (Inquérito Policial Militar) e ele é mandado de volta para seu Estado, como era praxe nessas ocasiões. Em Belo Horizonte, fica preso no DOPS da capital mineira. Por ser sua primeira prisão e ter residência fixa, Gildo é liberado 40 dias depois. Entra de vez para a clandestinidade.

Com base no Decreto-lei 477, editado em fevereiro de 1969 pelo General Costa e Silva, Gildo é expulso da FACE e transfere-se primeiramente para São Paulo, mais especificamente para o ABC paulista, onde lhe interessava estabelecer contatos diretamente com a massa trabalhadora. Posteriormente se dirige para o Rio de Janeiro.

Em abril de 1969, um “mini” congresso é realizado num sítio em Jacarepaguá, e Gildo, então presidente do DCE de Minas Gerais, é eleito um dos vice-presidentes da União

Nacional dos Estudantes (UNE) para a gestão 69/70. Na presidência, Jean-Marc van der Weid, antigo militante da AP. Esta seria a última diretoria, uma vez que a entidade seria totalmente desarticulada pelas forças da ditadura.

Em 1972, Gildo, já como dirigente nacional da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), foi deslocado para Salvador, BA, onde dirigiu a implantação do trabalho camponês da organização no Nordeste. Na cidade baiana, utilizava o nome de Cássio Oliveira Alves, sob o qual vivia e trabalhava. É provável que, durante sua estada em Salvador, Gildo conhecesse aquela que viria ser a sua companheira e com quem teria uma filha, batizada com o nome de Tessa: Mariluce Moura, jornalista baiana e também militante da AP.

Nas cartas enviadas, ele manifestava tristeza por não receber notícias da família e a saudade que sentia de todos. Incomodava-lhe também o fato de não poder apresentar sua companheira, Mariluce, a seus familiares.

Muito tempo sem ver a família, o desejo de que seus pais conhecessem Mariluce e, sobretudo, o número de prisões efetuadas pelo governo Médici fazem o casal Gildo e Mariluce, no começo de Outubro de 1973, vir para o sítio da família, em Veríssimo. Nesse tempo, Mariluce já suspeitava estar grávida. A filha Tessa nasceria 8 meses após a morte do pai.

05. A MORTE, A FARSA E A TRAIÇÃO

Gildo e Mariluce foram presos no dia 22 de outubro de 1973, logo que regressaram para Salvador. Ele, por volta de meio-dia, ao sair de casa. Ela, uma hora depois, em frente ao Elevador Lacerda, importante ponto turístico da capital baiana..

Foram levados, junto com outros presos, para a Superintendência da Polícia Federal da capital baiana. Mariluce estava grávida de 2 meses, confirmando suas suspeitas. À noite, ela e Gildo foram separados e cada um foi para uma sala. Nunca mais se veriam.

No dia seguinte, 23, Mariluce foi transferida para o quartel do Forte de São Pedro. Gildo, juntamente com Oldack Miranda, jornalista de Salvador, foi levado ao Quartel do Barbalho. Gildo é, posteriormente, transferido para o DOI-CODI do Recife, onde foi violentamente torturado. Por ser dirigente nacional da AP, seus algozes, usando as mais

cruéis formas de tortura, tentaram arrancar dele todas as informações possíveis. Como Gildo nada dizia, foi brutalmente assassinado no dia 28. Neste mesmo dia, Mariluce recebe a notícia de que Gildo fora levado para “uma longa viagem”.

No dia 1º de novembro, um oficial dizendo-se capelão, conta-lhe que Gildo estava morto desde 28 de outubro. Para confirmar a história, apresentava-lhe um recorte de jornal que trazia a versão oficial de sua morte.

Márcia Macedo Lacerda, irmã mais velha de Gildo, então com 25 anos, assistia ao Jornal Nacional naquele 1º de novembro de 1973. Com sua nacionalmente conhecida voz, Cid Moreira assim anunciava (MIRANDA e TIBÚRCIO, 1999, p. 495):

Entre outras prisões, caiu em São Paulo José Carlos Novaes da Mata Machado e, em Salvador, Gildo Macedo Lacerda. Interrogados, "abriram" um ponto com o dirigente "Antônio" [possivelmente Paulo Stuart Wright, outro dirigente da AP] às 19:30 do dia 28, à avenida Caxangá com general Polidoro, no Recife. À hora aprazada um homem forte, louro, branco, percebendo a armadilha, abriu fogo contra seus companheiros aos gritos de "traidores". Mesmo ferido, teria escapado depois de deixar Gildo morto e José Carlos mortalmente ferido.⁷

Essa foi a versão oficial da morte de Gildo. Esses “troteios” era uma das formas mais usadas pela repressão para justificar a morte de algum preso político. Os militantes da AP, ao ouvirem a versão do Governo, imediatamente perceberam a farsa.

Os restos mortais de Gildo nunca foram devolvidos à família. Primeiramente, o corpo foi para a vala comum no Buraco do Inferno. Em 1986, foi transferido para outra vala comum, no Cemitério Parque das Flores. Ambos no Recife.

Em 1971, Gilberto Prata não queria mais ser revolucionário. Cansara da militância. Saiu da AP, foi cuidar da vida. Providenciou documentos e resolveu acompanhar as coisas de longe. Entretanto, em fevereiro 1973 foi procurado pelo CIE – Centro de Informação do Exército e decidiu colaborar (ainda hoje não se sabe bem porque)⁸. Sua missão: fingir voltar à militância na AP, descobrir onde estavam escondidos suas principais lideranças e entregá-las para a repressão. No comando da operação, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, responsável pelo DOPS de São Paulo e um dos mais temidos torturadores do país (LIMA, 1998).

O trunfo que Gilberto tinha nas mãos é justamente o que torna sua traição mais chocante: ele era irmão de Maria Madalena Prata Soares e cunhado de José Carlos Novaes da Mata Machado, importantes líderes da AP naquele momento. Ao primeiro sinal de que queria voltar às operações da AP, foi recebido com entusiasmo pela irmã e pelo cunhado.

A partir daí, Gilberto serviu de “guia” para a repressão policial-militar. Quando os agentes perdiam José Carlos, Madalena, Gildo e outros militantes que passaram a ser seguidos, Gilberto restabelecia o elo. Isso podia ser em Salvador, no Recife, Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 1993, em depoimento perante a Comissão Externa sobre os Mortos e Desaparecidos da Câmara Federal, onde fica público seu papel, Gilberto revela (MIRANDA e TIBÚRCIO, 1999, p. 498):

No período [maio a outubro de 1973], quem era da AP e entrou em contato comigo direta ou indiretamente, como José Carlos, Gildo, Madalena, dançou [foi preso] e tenho certeza absoluta de que se alguém pode dar conta de onde estão os corpos [dos que foram mortos] é o pessoal do CIE”⁹.

De algum modo, a morte de Gildo e de vários outros militantes da AP decorreram do “trabalho” de Gilberto Prata Soares como guia da repressão.

¹ Mestrando em História e Cultura Política pelo Programa de Pós-Graduação da Unesp/Franca. E-mail: mozart.lacerda@uol.com.br

² LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo, SP. Unesp, 1992.

³ REZNICK, Luís. **Qual o lugar da história local?** Artigo publicado em www.historylocal.com.br, acessado em 25.08.2004.

⁴ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo, SP. Unesp, 1992.

⁵ Sobre a vinda de José Carlos Novaes da Mata Machado à Uberaba, foram ouvidas duas pessoas: Madalena Prata, sua ex-companheira e Danival Roberto Alves, um dos primeiros dirigentes da AP no Triângulo Mineiro. Para Madalena, é possível que José Carlos realmente estivesse por aqui, uma vez que ele tinha uma namorada em Uberaba, que estudava no Colégio Nossa Senhora das Dores. Já Danival reconhece José Carlos quando o autor mostra-lhe uma fotografia dele.

⁶ Conforme depoimento ao autor.

⁷ MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. **Dos Filhos Desse Solo**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 1999.

⁸ Há três hipóteses que tentam explicar a traição de Gilberto Prata. Segundo sua irmã, Madalena Prata, Gilberto exerceu o poder de irmão mais velho, que julga ter o direito de decidir o destino da irmã. Ou seja, para Madalena, a traição foi fruto do machismo que impera nas relações familiares mais tradicionais. Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, num livro escrito por ambos (ver notas 7 e 9), afirmam que Gilberto Prata recebeu, por 8 anos, ajuda de custo do CIE. O próprio Gilberto, numa entrevista ao pesquisador Samarone Lima, tenta explicar sua atitude. Segundo ele, o CIE teria ameaçado sua família.

⁹ MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. **Dos Filhos Desse Solo**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 1999.